



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 63/2015 (Autoria do Deputado Professor Lemos)

Inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná dos Jogos da Integração das Casas Familiares Rurais do Paraná, realizados anualmente no segundo semestre do ano.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná os Jogos da Integração das Casas Familiares Rurais do Paraná - Jicafar, realizados anualmente no segundo semestre do ano, organizados pelo Setor III da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil - Arcafar-Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 152/2015 **(Autoria do Deputado Alexandre Marcel Kuster Guimarães)**

Inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná da Feira da Louça de Campo Largo, realizada anualmente entre os dias 14 e 30 de setembro.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Feira da Louça de Campo Largo, realizada anualmente, com uma semana de duração, entre os dias 14 e 30 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2015.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 192/2015 (Autoria do Deputado Dr. Batista)

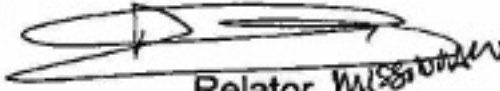
Concessão de Título de Cidadão Benemérito do
Estado do Paraná ao Senhor Wilson de Matos Silva
Filho.

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Benemérito do
Estado do Paraná ao Senhor Wilson de Matos Silva Filho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2015.



Batista
Wilson
ALEXANDRE CURI
Presidente
Relator
Prof. Lery



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 14/2015

Criação da Comissão de Revisão e
Consolidação Legislativa.

Art. 1º Acresce o inciso XXVI ao *caput* do art. 30 do Anexo da Resolução nº 1, de 1º de março de 2005 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

"XXVI - Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa."

Art. 2º Acresce o art. 33Z ao Anexo da Resolução nº 1, de 2005 - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

"Art. 33Z. Compete à Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do Poder Público Estadual no que se refere à criação, atualização, compilação, compatibilização e consolidação normativa, sob o aspecto jurídico e social, a fim de harmonizar e desburocratizar a aplicabilidade e funcionalidade legislativa estadual;

II - analisar medidas que visem atender aos preceitos enunciados no inciso I deste artigo, inclusive mediante acordos e cooperação com os poderes e entidades enunciados no inciso anterior;

III - fiscalizar a eficácia, aplicabilidade e funcionalidade das leis sancionadas pelo Poder Executivo, bem como dos atos normativos promulgados pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob o aspecto técnico, social e econômico, com vistas a sugerir sua revogação, adequação ou manutenção, inclusive mediante expedição e recomendações e requerimentos de informações aos órgãos competentes;

IV - atender às demandas apresentadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus Membros ou Órgãos, outros Poderes Constitucionais, sociedade civil organizada e população em geral, através de requerimento enviados à Mesa Executiva, à Ouvidoria da Casa ou à própria Comissão."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Hussari


Relator 


Prof. Leonardo

<



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D. L.
Em, 16 MAR. 2015
marcio pauliki
1º Secretário

Altera a redação do inciso XIV do art. 30 e do art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Resolução nº 1, de 1º de março de 2005.

Art. 1º O inciso XIV, do art. 30 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30 [...] [...] XIV – Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. [...]"

Art. 2º O art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria, comércio, emprego e renda."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de março de 2015.

marcio pauliki
MARCIO PAULIKI
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A alteração proposta tem por finalidade modificar a nomenclatura da "Comissão de Indústria e Comércio" para que seja inclusa a expressão "Emprego e Renda", adequando-se, igualmente, a sua competência.

A inclusão da referida expressão atende as necessidades de abrangência dos trabalhos da Comissão, posto que a indústria e o comércio estão diretamente ligados à geração de emprego e renda.

Consigne-se, por fim, que o Projeto de Resolução ora apresentado não dispõe de qualquer alteração estrutural da Comissão.

Pelo exposto, requeiro o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente.

Resolução nº 1, de 1º de março de 2005¹.

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 1º O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar conforme o texto em anexo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, juntamente com o Regimento Interno anexo, ficando revogada a Resolução nº 159/90, de 28 de dezembro de 1990, suas alterações e demais disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 23 de fevereiro de 2005.

Deputado Hermas Brandão
Presidente

Deputado Nereu Moura
Primeiro Secretário

Deputado Geraldo Cartário
Segundo Secretário

¹ com as alterações decorrentes das Resoluções nº 3, nº 4 e nº 5, de 28 de abril de 2011, da Resolução nº 17, de 15 de dezembro de 2011, da Resolução nº 6, de 14 de junho de 2012, da Resolução nº 3, de 29 de abril de 2013, da Resolução nº 7 de 3 de junho de 2013 e da Resolução nº 12, de 12 de setembro de 2013.

VI - manifestar-se sobre proposições relacionadas ao desenvolvimento urbano, às regiões metropolitanas, às aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como àquelas relacionadas à habitação e transporte coletivo.

§ 1º A Comissão poderá solicitar, à autoridade responsável pela prática dos atos a que se referem os incisos deste artigo que, no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 2º Na hipótese em que os esclarecimentos de que trata o parágrafo anterior não sejam prestados, a Comissão poderá solicitar que o Tribunal de Contas, no prazo de trinta dias, exare pronunciamento conclusivo sobre a matéria.

§ 3º Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, caso o Tribunal de Contas entenda que a despesa é irregular e julgue que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembleia Legislativa sua sustação, se ainda não realizada, ou o reembolso, se já realizada.

§ 4º A Comissão poderá, se assim deliberar, solicitar que o Tribunal de Contas designe técnico para, juntamente com seus membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da Administração Direta ou Indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos dos artigos 74 e 75, inciso IV da Constituição Estadual.

Artigo, incisos e parágrafos acrescidos pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria e comércio.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-N Compete à Comissão de Turismo manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-O Compete à Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que se refira ao Mercado Comum do Sul - Mercosul e relações internacionais em geral.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-Q Compete à Comissão de Assuntos Metropolitanos manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada às regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas dos municípios do Estado do Paraná.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-R Compete à Comissão de Cultura manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada ao desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO 11/2015

Projeto de Resolução nº. 11/2015

Autor: Deputado Marcio Pauliki

Súmula: Altera a redação do inciso XIV do art. 30 e do art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Resolução nº 1, de 1º de Março de 2005..

EMENTA: ALTERA A REDAÇÃO DO ART. XIV DO ART. 30 E DO ART. 33-M DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. ART. 63, V, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ART. 121, §2º, II DO REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONAL. LEGAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de Resolução, de autoria do Deputado Estadual Marcio Pauliki, tem por finalidade alterar a redação dos artigos pertinentes à regulação regimental da Comissão Permanente de Indústria e Comércio, visando acrescer ao seu escopo as expressões emprego e renda.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Nas palavras de JOSÉ AFONSO DA SILVA, em seu **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO**, "todas as normas que integram a ordenação jurídica nacional só serão válidas se se conformarem com as normas da Constituição Federal".

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 63. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - decretos legislativos;

V - resoluções;

VI - leis delegadas.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos em geral caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Considerando, portanto o acima exposto, temos que citar o Regimento Interno novamente, no que dispõe seu art. 121, senão vejamos:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos.

(...)

§ 2º Os Projetos de Resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Deputado;

II - matéria de natureza regimental;

III - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, não excedendo cinco em funcionamento;

IV - conclusão de Comissão Parlamentar de Inquérito;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



V - declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver conivência de seus Secretários de Estado;

VI - contas do Governador;

VII - mudança temporária da sede da Assembleia;

VIII - contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX - licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X - delegação legislativa ao Governador;

XI - todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, respeitando o regulamento dos seus serviços;

XII - consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

Ora, desta maneira resta fundamentado e evidente que a competência para iniciar o processo legislativo para a criação de uma Resolução que altera o Regimento Interno é de qualquer deputado, razão pela qual os preceitos para a proposição de um projeto da natureza analisada estão plenamente satisfeitos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Do ponto de vista do seu conteúdo, a análise constitucional e legal estão corroborando para o seu seguimento.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de Resolução, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Dep. Estadual TIAGO AMARAL

RELATOR

Dep. Estadual NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

APROVADO

22.04.15

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Protocolo nº: 1050/2015

Projeto de Resolução nº 11/2015

Autor: Deputado Marcio Pauliki

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/2015

I – Do Relatório

Trata-se de proposição de autoria do Deputado Estadual Marcio Pauliki, cujo objetivo é a alteração da redação do art. 30, inciso XIV, e do art. 33-M, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Nobre Parlamentar aduziu em sua justificativa que a referida alteração tem o intuito de mudar a nomenclatura da Comissão de Indústria e Comércio, de modo a adequá-la às suas competências. Assim, a referida Comissão, seria renomeada como Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda.

É o breve relatório.

II – Da Fundamentação

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe, em seu art. 222, que as alterações atinentes ao seu conteúdo devem se dar por meio de projetos de resolução e ainda, que cabe à Comissão Executiva interpor parecer sobre tais projetos, *in verbis*:

Art. 222 O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

Primeiramente, no tocante à constitucionalidade, destaca-se que a proposta atende aos pressupostos de iniciativa e competência visto que o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Executiva



artigo 54 da Constituição Estadual dispõe ser da Assembleia Legislativa a competência para a elaboração de seu Regimento Interno, *in verbis*:

Art. 54 Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

(...)

II - elaborar o Regimento Interno;

Além disso, a proposta encontra-se em consonância com o disposto no art. 124 do Regimento Interno, o qual assevera que a iniciativa dos projetos compete a qualquer membro da Assembleia, conforme se verifica:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Ademais, o inciso II do §2º do art. 121 do RI prevê a possibilidade de edição de projetos de resolução, *in verbis*:

Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos.

(...)

§ 2º Os Projetos de Resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

(...)

II - matéria de natureza regimental;

Por sua vez, quanto ao mérito, a proposta pretende adequar a nomenclatura da referida Comissão, de forma a contemplar os demais temas cuja apreciação é de sua alçada, enfatizando assim sua competência para tanto.

Dessa forma, a proposta tem por escopo promover a devida correspondência entre as atribuições da Comissão e sua nomenclatura.

Ressalte-se que a alteração se refere tão somente à denominação da Comissão, não implicando em nenhum impacto quanto à sua estrutura e composição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Executiva



III – Da Decisão

Diante do exposto, verifica-se que a proposta visa aprimorar o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná na medida em que complementa e aperfeiçoa seu conteúdo.

Assim, esta Comissão Executiva se manifesta no sentido de emitir parecer **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Resolução para alteração da redação do art. 30, inciso XIV e do art. 33-M do Regimento Interno desta Casa de Leis.

É o parecer.

Curitiba, em 4 de maio de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente

Deputado PLAUTO MIRO
1º Secretário

Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário